

ATIVIDADES NA NATUREZA, LAZER E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLETINDO SOBRE ALGUMAS POSSIBILIDADES

ALCYANE MARINHO ¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre as atividades na natureza, o lazer e a educação ambiental como oportunidades privilegiadas para a reflexão e a experimentação lúdica, de extrema importância no processo de mudança para melhores condições de vida na Terra. Não isoladamente, mas em estreita relação com outros campos de atuação e formação, potencializando a participação e o engajamento crítico e criativo dos sujeitos. Neste contexto, a afetividade e o amor *das e pelas* pessoas devem ser a base para a construção de sociedades mais sustentáveis, a partir de diálogos e comprometimento entre as esferas política, econômica, sociocultural, educativa, etc. Desta forma, apresento algumas características, tendências e espaços de atuação relativos às atividades na natureza, destacando que elas podem, efetivamente, oferecer oportunidades para o desenvolvimento de uma sensibilidade mais profunda, contribuindo para o despertar de uma responsabilidade ambiental coletiva, impulsionando, até mesmo, o estabelecimento de políticas em níveis local e global.

Palavras-chave: Lazer, natureza, educação ambiental, afetividade.

ABSTRACT: This article proposes reflections about the activities in nature, leisure and environmental education as privileged chances for the reflection and the playful experimentation, both of extreme importance in the process of change for better conditions of life in the Land. Not separately, but in narrow relation with other areas, allowing the participation and the critical and creative enrollment of people. In this context, the affectivity and the love *of and for* people must be the base for the construction of more sustainable societies, from dialogues among the politics, economic, sociocultural, educative spheres, etc. In this way, I present some characteristics, trends and spaces of action to the activities in nature, detaching that they can offer chances for the development of a deeper sensitivity, contributing to awake it of a collective environmental responsibility, stimulating, even though, the establishment of politics in local and global levels.

Key words: Leisure, nature, environmental education, affectivity.

INTRODUÇÃO

A minha maior motivação para escrever este artigo foi o fato de me sentir muito à vontade, desde o início, para organizar algumas idéias sobre o lazer, a educação ambiental e as atividades na natureza, as quais têm me acompanhado já há algum tempo, ao longo de minha vida, tanto acadêmica quanto pessoal. Sinto-me feliz por esta oportunidade, permitindo-me dividir algumas reflexões e inquietações, as quais, embora estejam aqui de forma muito sintetizada, potencializam-me a permanecer curiosa e interessada pelo tema.

Destaco que as discussões apresentadas são frutos de leituras, discussões e participações diversas em grupos de pesquisa, palestras, congressos, cursos, tanto quanto meu envolvimento pessoal e afetivo como praticante em diversas atividades na natureza.

Não vou seguir determinado rigor metodológico e vou me permitir utilizar a primeira pessoa para esta nossa “conversa”, assim como também me valerei de uma construção textual simples, porém indagadora.

No meu entender, a educação ambiental e o lazer parecem sofrer, de certa forma, os mesmos “preconceitos”. Como requerer e pensar nessas duas esferas quando estamos tratando, especificamente, de realidades vividas em um país que sequer superou seus problemas básicos de moradia, alimentação e saúde?

Neste contexto, como pensar em um desenvolvimento com bases mais sustentáveis, capaz de promover, recuperar e melhorar o meio ambiente ¹ e a qualidade de vida humana na terra?

¹ Doutoranda do Departamento de Estudos do Lazer - Faculdade de Educação Física/UNICAMP. Membro do Laboratório de Estudos do Lazer (LEL) UNESP/Rio Claro (SP).

A afetividade e o amor *das e pelas* pessoas devem ser a base para a construção de sociedades sustentáveis, juntamente com um efetivo diálogo e comprometimento entre todas as esferas - política, econômica, sociocultural, educativa, etc.

Desta forma, não perdendo de vista o foco nas atividades na natureza, pretendo, neste artigo, apontar algumas pistas que enfatizem o lazer e a educação ambiental como espaços privilegiados nesse processo de mudança para melhores condições de vida. Não isoladamente, mas em estreita relação com outros campos de atuação e formação, potencializando a participação e o engajamento crítico e criativo dos sujeitos.

Para situar o espaço/tempo desta discussão, reporto-me, primeiramente, a algumas questões que delimitam o lazer. Para tanto, creio ser interessante começar apresentando algumas características de nossa contemporaneidade, as quais evidenciam uma época completamente diferente daquela de quando não se conseguia fazer distinções, por exemplo, entre as expressões lazer, ócio e trabalho; afetando, portanto, os modos de comportamento e as dinâmicas das sociedades.

Vivemos, hoje, um tempo de intensidades, um tempo cronometrado, medido, comprado, estimado, manipulado, calculado. Vivemos um tempo compulsivo não só no trabalho, mas, por inúmeras vezes, acabamos reproduzindo a mesma compulsividade nos momentos de lazer - quando eles existem, é claro!

O mundo atual é vivido sob o signo da velocidade, da aceleração, como já apontado por vários autores (VIRILIO, 1998; SEVCENKO, 2001 e SANTOS, 2001). O império da técnica, a competitividade, a instantaneidade na transmissão e recepção de imagens, sons e palavras contribuem para que o fascínio pelo termo *veloz* se torne cada vez mais intenso. Santos (2001, p.40-41), com toda propriedade, afirma: “ser atual e eficaz, diante da ordem vigente, potencializa a velocidade como uma necessidade e a pressa como uma virtude”.

Contudo, nem todos têm acesso a essa velocidade - solução para todos os problemas da vida cotidiana! A velocidade apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo. A grande maioria é arrastada e participa incompletamente da produção histórica desse tempo.

Nesse espaço/tempo, Featherstone (2000) relata que começamos a habitar uma cultura tecnológica, ou seja, a cultura tem sido cada vez mais produzida por intermédio da tecnologia. Assim, por meio dela, novos direcionamentos são dados à indústria de entretenimento, fornecendo muito mais que diversão; fornecendo porções rigorosamente quantificadas de fantasia, desejo e euforia para as pessoas. Essa indústria, como enfatiza Debord (1997), esforça-se por tentar compensar o extremo empobrecimento da vida social, cultural e emocional, conduzindo os indivíduos a uma celebração contínua das mercadorias, rotuladas como belas imagens, como novidades, como um espetáculo propriamente dito ².

Contudo, neste mesmo contexto - consumista, alienado, ausente de diálogos e reflexões - podemos pensar em saídas estratégicas e é exatamente o que nos move e nos faz acreditar no amanhã!

Neste sentido, acredito que o lazer e a educação ambiental podem surgir como possibilidades de mudança, como espaço de pausa para respirar, tomar fôlego, refletir e discernir.

Portanto, como já afirmei em outro momento (MARINHO, 2003), é preciso que sejamos capazes de perceber as potencialidades das práticas de lazer diante das mudanças sociais e culturais contemporâneas, traduzidas em movimentos complexos, associados aos novos padrões de competitividade e à aceleração

tecnológica, por um lado, e, por outro, capazes de estabelecer uma configuração inovadora por todas as esferas humanas e, por consequência, nos significados do lazer e da própria natureza.

Assim como a educação ambiental, o lazer também, muitas vezes, é entendido no singular, como uma possibilidade unidimensional. Para dar sentido a ambas dimensões, é preciso entendê-las em um contexto múltiplo de possibilidades e interesses, como parte de uma teia complexa de relações, influenciando e sendo influenciadas, não devendo ser responsabilizadas isoladamente por qualquer mudança pretendida, como tão bem alerta Sorrentino (2002), ao se referir, particularmente, à educação ambiental.

Sob essa ótica, como mostra Marcellino (2002), corroborando os estudos de Dumazedier (1979, 1980), o lazer, como expressão da cultura, pode se constituir tanto em um elemento de conformismo, passividade, quanto em um elemento de resistência e negação à ordem social vigente; não devendo por isso receber o tratamento simplista de modismo, alienação ou simples consumo.

Não pretendo me aprofundar nas interessantes e questionadoras obras sobre lazer de importantes autores e suas diferentes concepções, apenas saliento que são inúmeros os conceitos e abordagens, os quais dão representatividade da complexidade e magnitude deste tema.

Porém, ainda assim, vale ressaltar que minha compreensão de lazer, ora estabelecida, extrapola idéias e conceitos fechados, os quais comumente vemos sendo veiculados por algumas literaturas e por diversos outros meios de comunicação.

Acredito que, mais que considerar o lazer como direito social explícito na constituição, precisamos entendê-lo como possibilidade de produção de cultura, como elemento integrador do exercício da cidadania, como campo privilegiado para a manifestação do elemento lúdico, da liberdade e do prazer, e, ainda, como potente instrumento de mudanças pessoal e social; seja qual for a concepção que mais nos familiarizemos e adotemos [lazer relacionado ao tempo, à atitude, ao espaço, ao estado de espírito, etc. (DE GRAZIA, 1969; MARCELLINO, 1997; WERNECK, 2000, dentre vários outros autores)].

AS ATIVIDADES NA NATUREZA: DELINEANDO CARACTERÍSTICAS, ESPAÇOS DE AÇÃO E INTERVENÇÃO

“Atividades na natureza” foi o termo, por mim escolhido, para designar as diversas práticas manifestadas, nos mais diferentes locais naturais (terra, água ou ar), cujas características se diferenciam dos esportes tradicionais, tais como as condições de prática, os objetivos, a própria motivação e os meios utilizados para o seu desenvolvimento, além da necessidade de inovadores equipamentos tecnológicos possibilitando uma fluidez entre os praticantes e o meio ambiente.

De antemão, é importante mencionar a existência de uma infinidade de termos que pretendem designar e caracterizar estas práticas, tais como: esportes de aventura, atividades *outdoor*, esportes radicais, atividades físicas de aventura, esportes selvagens, dentre tantos outros. Talvez essa própria falta de consenso sobre a terminologia contribua para uma interpretação superficial do que realmente venham a representar tais práticas.

Somente para apontar alguns dos equívocos manifestados em tais expressões, as palavras “esporte” e “radical”, por exemplo, tendem a reduzir as práticas em questão a fenômenos que, muitas vezes, nada têm de esportivos (quando se pensa na burocratização e institucionalização das regras, dos espaços e dos objetivos) ou

de radical (uma caminhada por um bosque pode ser simplesmente branda e tranqüila). Por sua vez, o adjetivo “física” atrelado à palavra atividade de aventura parece ser, ao mesmo tempo, redundante e dicotômico.

Contudo, não é pretensão, neste artigo, aprofundar-me nesta questão, uma vez que outros aspectos, relativos ao envolvimento *com a e na* natureza, mostram-se muito mais carentes de intervenções e investigações e, uma vez aprofundados, poderão, posteriormente, contribuir para esta discussão terminológica.

Portanto, a opção pela terminologia “atividades na natureza” se deve justamente à amplitude de compreensões e sentidos que a expressão pode abarcar. Desta forma, sem pretender reduzir e engessar o conceito, apenas delinear algumas características para melhor visualização do tema ³.

Estou entendendo-as como práticas cercadas por riscos e perigos, na medida do possível, calculados, não ocorrendo treinamentos intensivos prévios (como no caso dos esportes tradicionais e de práticas corporais como a ginástica e a musculação). A experimentação acontece de maneira mais direta, havendo um afastamento de rendimentos planejados.

A identidade diferenciada desses tipos de atividades de aventura provém de aspectos práticos ou materiais e, também, de sua dimensão imaginária ou simbólica, na qual a aventura aparece como uma cenografia e as ações são subordinadas às percepções e riscos - reais e imaginários (FEIXA, 1995). Durante essas situações de aventura, o corpo passa a ser um campo informacional, concebido como receptor e emissor de informação e não como mero instrumento de ação ou coação. Os corpos chegam a enfrentar determinadas regras de realização constantemente revisáveis e sempre submetidas à apreciação dos praticantes.

As informações devem ser precisas e, em certas circunstâncias, as tomadas de decisão devem ser rápidas. O mergulho, a vertigem, a velocidade, os desequilíbrios e as quedas são características presentes nessas práticas, possíveis a quaisquer pessoas, pois o desenvolvimento e aprimoramento tecnológicos proporcionam, a qualquer um, o deslizar-se no ar, na água e na superfície terrestre, concretizando, como aponta Betrán (1995), alguns sonhos de aventura.

Há um consenso, por parte de estudiosos do tema (POCIELLO, 1995; BETRÁN, 1995 e outros) no que se refere aos anos 70 como marco das atividades na natureza, principalmente nos países economicamente avançados. Dentre outras, a principal atividade difundida neste período foi o surfe, caracterizada pela utilização de prancha e pelo domínio corporal na tentativa de desbravar ondas.

Tais atividades foram se desenvolvendo, ao longo dos anos 80 e, até nossos dias, conforme níveis de organização e controle acerca dos perigos inerentes à prática, tendo como respaldo significativo o avanço tecnológico voltado aos equipamentos esportivos específicos, os diversos recursos empregados e os meios de comunicação.

Essas atividades requerem os elementos naturais para o seu desenvolvimento, de formas distintas e específicas, despertando novas sensibilidades, em diferentes níveis. As intensas manifestações corporais, aí vividas, permitem que as experiências na relação corpo-natureza expressem uma tentativa de reconhecimento do meio ambiente e dos parceiros envolvidos, expressando, ainda, um reconhecimento dos seres humanos como parte desse meio (MARINHO, 2001).

Bruhns (1997) salienta que a experimentação dessas novas emoções e sensibilidades poderá conduzir os seres humanos a diferentes formas de percepção e de comunicação com o meio em que vivem. Tal consideração salienta a necessidade de compreensão sobre os diferentes significados que a relação dos seres humanos junto à natureza tem assumido.

Nesta perspectiva, parece que a busca por estas atividades desponta, a cada dia mais, impulsionada pelo desejo de experimentar algo novo, emoções prazerosas, utilizando-se da tecnologia infiltrada na esfera da recreação e do lazer.

O que mais as atividades na natureza representam? Como elas têm se configurado no lazer das pessoas, na nossa sociedade contemporânea?

Os “aventureiros” envolvidos em tais práticas parecem estar fortalecendo um novo estilo de vida, em busca de práticas mais “excitantes” que brincam com o risco e com o perigo em um jogo no qual os parceiros e os equipamentos tecnológicos compõem a dinâmica a ser vivida.

Continuando a delinear as características das atividades na natureza, vale a pena lembrar que duas principais e diferentes vertentes manifestam-se: uma mais atrelada à competição e outra mais vinculada à expressão lúdica. Muito embora a mídia, de certa forma, priorize a apresentação das atividades na natureza voltadas, prioritariamente, a um caráter competitivo (como é o caso das corridas de aventura, competições de escalada *indoor*, de *rafting*, etc.), conduzindo tais práticas a um processo de esportivização; acredito que ainda são muitas as atividades que são imbuídas de características genuinamente lúdicas, carregadas de emoções, denotando singulares e expressivas formas de brincar com o risco. Também é importante destacar que, nestas atividades, não existe um rigor separando a competição da não-competição; ambas podem existir em uma mesma prática, com diferentes nuances; no entanto, as eleitas para esta discussão estão mais atreladas à experimentação lúdica que competitiva em si.

Muitas vezes, a satisfação trazida pelas atividades na natureza, de cunho competitivo, relaciona-se a uma espécie de (pseudo) aventura, produzindo uma definição bastante reduzida da natureza, a qual passa a ser encarada como um mero local de atividades, cujo propósito é limitado a servir às necessidades do praticante que procura por satisfação e prazer. A natureza, levada, então, a um segundo plano é redefinida como um ambiente coincidentemente útil e agradável, atrativo e conveniente para as atividades esportivas. O conhecimento e a proteção ambiental, neste contexto, parecem ser irrelevantes. Por exemplo, nas corridas de aventura, grupos de executivos, de atletas e de outros tipos de interessados envolvem-se em um jogo de representação de sobrevivência, redefinindo a natureza como um teatro no qual os indivíduos agem fora do habitual contexto cotidiano. A natureza, aparentemente, é reduzida a um cenário teatral, a um espetáculo no qual os protagonistas se empurram para além de seus limites físicos ⁴.

Acredito, igualmente, que o aspecto cooperativo não deve ser esquecido. As atividades na natureza, em sua maioria, ocorrem em grupos ou, no mínimo, em dois participantes; ou seja, há a dependência de um parceiro para que a prática aconteça de forma mais segura e, até mesmo, prazerosa. Igualmente, atitudes de confiança e respeito são observadas, não só com os companheiros, mas também com a natureza. Ainda que existam pessoas que, muitas vezes, por falta de conhecimento e instrução, tenham atitudes de desrespeito para com o meio ambiente, esta tem sido uma preocupação evidente nas propostas de agências, grupos escolares, empresariais, etc. e muitas têm sido as formas de intervenção educativa ⁵.

As atividades na natureza também requerem prudência e bom-senso no que se refere aos procedimentos de segurança, uma vez que, muitas delas, exigem conhecimentos e familiaridade com alguns equipamentos tecnológicos. Saber os limites próprios, os dos outros, respeitando as imprevisibilidades da natureza é pré-requisito para a prática de tais atividades.

Uma outra característica marcante nestas práticas é que elas são agenciadas por empresas e não por profissionais especializados. Não há, ainda, relações institucionais mais intensas com estruturas acadêmicas; talvez por isso as universidades, de certo modo, ainda não aceitem a força desse movimento; já consolidado de uma certa forma. Vale ainda mencionar que, mesmo que não estivessem consolidadas e fossem apenas um modismo (como muitos encaram tais práticas), elas também precisariam ser estudadas e também deveriam ser compreendidas para situar uma época, uma geração, etc.

Todas estas características salientam a emergência de uma nova inquietação referente à necessidade de aprendizados específicos, no que se refere à administração e à participação em algumas atividades, tais como: educação e preservação ambientais; técnicas de resgate e sobrevivência na natureza; conhecimento de equipamentos específicos, técnicas apropriadas para algumas modalidades; entre tantas outras, as quais podem ter interferência vital nesse processo.

Ou seja, as atividades na natureza requerem um repensar sobre o meio ambiente a partir de três principais aspectos interdependentes: a prática; a conservação ambiental e o processo educativo.

Atualmente, ainda que de forma tímida, algumas áreas têm se envolvido com esta temática, no sentido de aprimorar seus estudos e redimensionar as perspectivas atuais, como é o caso da Educação Física, do Turismo, da Biologia, entre outras áreas, nas quais são apontados alguns estudos referentes à interdisciplinaridade nas questões pertinentes à natureza.

A Educação Física, particularmente, pode, por meio da experiência na natureza (ou seja, fora das quadras de cimento, dos ginásios poliesportivos, das piscinas, dos campos de futebol, etc.), potencializar suas estratégias de ação para desenvolver, nos alunos, suas habilidades motoras, capacidades físicas e, até mesmo, muitos fundamentos esportivos específicos. As corridas de orientação, por exemplo, assim como a escalada, a caminhada, a canoagem e outras atividades, podem ser utilizadas para satisfazer uma variedade de objetivos educacionais, oportunizando diferentes níveis de desenvolvimento: ·Coletivo: habilidades cooperativas e de comunicação; ·Pessoal: auto-estima; Cognitivo: tomadas de decisão; resolução de problemas; Físico: aptidão e desenvolvimento de habilidades motoras. Podendo, da mesma forma, serem utilizadas como atividades de lazer, com fim nelas mesmas.

Portanto, é preciso que os conteúdos dos cursos de formação, em que as atividades na natureza possam ser inseridas, sejam repensados e reformulados, privilegiando esta nova demanda relacionada ao lazer e à natureza. O ideal seria que o conteúdo das atividades na natureza (envolvendo tanto questões técnicas quanto questões com diferentes vertentes: filosófica, sociológica, fisiológica, psicológica, etc.) perpassasse por todas as disciplinas, evidenciando a relação entre elas.

Ou seja, as atividades na natureza não deveriam ser “recortadas” em cursos ou módulos específicos, mas sim abordadas nas diversas disciplinas, a partir da especificidade de cada uma delas e suas contribuições para as mesmas, assim como qualquer outra modalidade esportiva, no caso da Educação Física. Desta forma, o estudo das atividades na natureza não seria apenas uma forma de oportunizar uma mudança de “locus”, com fins de entretenimento (o que também é muito válido), mas, muito mais que isso: seria uma forma de valorizar uma temática em emergência e de extrema importância para diferentes profissionais, demarcando novas possibilidades no mercado de trabalho e, mais ainda, evidenciando tais práticas como valiosas oportunidades para mudanças de comportamentos, atitudes e valores.

O profissional que virá a trabalhar com as atividades na natureza deve saber as possibilidades que estas atividades oferecem como parte integrante dos conteúdos do ensino na graduação. Por exemplo, seria interessante entender e explicar, por meio da Fisiologia do Exercício, quais variáveis fisiológicas interferem em uma caminhada em uma trilha ou em uma corrida de orientação; quais músculos são mais exigidos nas remadas do *rafting* ou da canoagem, por intermédio da eletromiografia, nos estudos relacionados à Biomecânica do Movimento; como as relações sociais se estabelecem entre escaladores, partindo do embasamento dos Estudos do Lazer e da Recreação e da Sociologia, entre tantos outros exemplos que poderiam ser aqui elencados.

Vários espaços (tais como acampamentos; colônias de férias; hotéis - fazenda; de convenção -; ruas de lazer; academias; shoppings; escolas; empresas; dentre vários outros) abrem-se como possibilidades para atuação do profissional capaz de lidar com as atividades na natureza.

Portanto, esta crescente demanda, vislumbrando estes diferentes espaços de atuação, exige uma nova postura profissional; capaz de corresponder, de forma qualitativa, ao interesse dos envolvidos, dando vigor à potencialidade das atividades na natureza. Um bom começo parece ser a efetivação de intercâmbios de conhecimentos entre os profissionais de diferentes áreas, com o intuito de descobrirem as melhores (e menos degradativas) formas de manutenção dos seres humanos junto à natureza (da qual todos somos parte).

Como apontado anteriormente, ainda que de forma lenta, porém significativa, alguns cursos de graduação em Educação Física e em Turismo, espalhados por todo o Brasil, têm começado a implantar em seus cursos conteúdos referentes às atividades na natureza. Devido à falta de incentivo para implantação destes conteúdos na grade curricular, entre outros motivos, uma alternativa que tem sido tomada, por muitas faculdades, é a abertura de cursos de extensão à comunidade, com o intuito de permitir a experimentação de tais práticas. Com este objetivo, o Curso de Extensão Universitária, intitulado “Vivências em Atividades de Aventura”, oferecido pelo Laboratório de Estudos do Lazer, do Departamento de Educação Física, da UNESP de Rio Claro (SP) foi um dos pioneiros no interior de São Paulo. A Universidade Federal de São Carlos (SP) e algumas outras faculdades privadas de São Paulo também começaram a suprir a crescente demanda pelas atividades na natureza, ora com cursos de extensão, ora com disciplinas optativas na grade curricular.

É importante mencionar, também, que as atividades na natureza conquistaram um espaço de maior visibilidade em eventos científicos da área e também fora dela, tais como: ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer); CONBRACE (Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte) - especialmente no Grupo Temático “Lazer e Recreação”; CBTUR (Congresso Brasileiro de Turismo); SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) - particularmente no Grupo Temático “Sociologia do Lazer e do Esporte”; ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais), em especial o Grupo Temático “Turismo” e, também, ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade). Vale lembrar o número significativo de publicações de trabalhos completos e de resumos nos anais destes eventos, contribuindo, sobremaneira, para a produção do conhecimento na área.

Em alguns periódicos científicos também é possível perceber a crescente publicação sobre o tema, tais como as Revistas: Conexões (FEF - UNICAMP); Licere (CELAR - UFMG); Turismo em Análise (ECA - USP); Movimento (UFRGS); Turismo: Visão e Ação (Universidade do Vale do Itajaí); Apunts de Educação Física (INEF - Barcelona); Body and Society (SAGE Publications, USA), entre outras. Eu não poderia deixar de mencionar a valiosa contribuição deste número temático da Revista Motrivivência (UFSC), incentivando e colaborando para a produção científica acerca do assunto.

Alguns periódicos digitais também têm publicado trabalhos relativos à temática das atividades na natureza, são eles: *Lecturas: Educación Física y Deportes* (Buenos Aires) e *Boletim Brasileiro de Educação Física* (Brasília), dentre outras possibilidades na área do Turismo.

Diante desta crescente expansão do público alvo constituído, principalmente, por estudantes de cursos técnicos e de especialização; bem como numa frente ampla de mercado de trabalho, este tema tem despontado denotando grande relevância para diversas áreas do conhecimento, como já exposto anteriormente. Vale mencionar que o assunto tem sido abordado em várias dissertações de mestrado e teses de doutorado de diversas faculdades e universidades brasileiras. Uma recente produção refere-se a uma coletânea organizada, focalizando as interfaces das atividades na natureza com o lazer e o turismo, a partir do diálogo com profissionais de diferentes áreas de atuação (MARINHO e BRUHNS, 2003), cujo segundo volume está na fase final para publicação (MARINHO e BRUHNS, no prelo).

Igualmente, aumentam os números de laboratórios e grupos de estudos e pesquisas voltados a temática das atividades na natureza. Alguns deles podem ser mencionados: LEL: Laboratório de Estudos do Lazer, Unesp de Rio Claro (SP); GLEC: Grupo de Estudos Lazer e Cultura da UNICAMP, Campinas (SP); NIEL: Núcleo interdisciplinar de Estudos do Lazer, UFPE; dentre outros em São Carlos, Natal, Florianópolis, etc.

São bastante inovadores, também, alguns trabalhos que têm sido realizados ao longo dos últimos anos, cujas publicações são recentes, tais como: atividades na natureza e portadores de necessidades especiais (MUNSTER, 2004); atividades na natureza e empresários (MACHADO, 2004); atividades na natureza e terceira idade (DIAS e SCHWARTZ, 2004); atividades na natureza e dependentes de drogas (GIMENO et al., 2003), dentre outros.

Desta forma, no exposto até o momento, pretendi, de forma bastante sintetizada, apresentar algumas características das atividades na natureza, seus possíveis espaços de atuação, os profissionais especializados em emergência, bem como os principais focos de estudos e produção científica da área.

Tive vontade de permanecer delineando tais características, com o intuito de me aprofundar sobre cada questão, porém como o espaço para este texto não me permite, darei prioridade para apresentar algumas idéias sobre a Educação Ambiental, tão necessária e importante não só para o assunto em questão, mas para todas as demais discussões que se possa fazer sobre os seres humanos em nosso Planeta Terra.

NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De antemão, ressalto que compartilho da definição de Educação Ambiental proposta por Reigota (1994), entendendo-a como educação política, pois prepara cidadãos para reivindicar justiça social, cidadania e ética nas relações sociais e com a natureza.

Sorrentino (1997), em seus estudos, utiliza alguns atributos apresentados na literatura, entendidos como básicos e necessários para uma formação acerca da questão ambiental, dos quais, mediante pequenas modificações, iremos nos apropriar: São eles: instigar o indivíduo a analisar e participar na resolução dos problemas ambientais; estimular uma visão global e crítica das questões socioambientais; estimular um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes; possibilitar um conhecimento interativo por intermédio de pontos de vista; e propiciar um autoconhecimento que contribua para o desenvolvimento de valores, atitudes, comportamentos e habilidades.

Em uma outra publicação, Sorrentino (2002, p.91) alerta que a:

“Educação Ambiental” tem sido percebida por distintos setores da sociedade como uma atraente chave para a abertura das mais diferentes portas. Uma chave de múltiplos usos que, no primeiro momento, nos aproxima de tudo e de todos, mas que em seguida vai se tornando um chavão difícil de carregar, em função das expectativas criadas em torno das soluções que se deseja encontrar.

Mais que procurar mostrar a complexidade de relações nas quais a educação ambiental está inserida, tal como a história, a cultura, o modo de produção, as necessidades e os desejos de diferentes pessoas e grupos sociais, o autor supracitado alerta a necessidade de visualizarmos o “ambiental” para além de um adjetivo agregado à palavra educação, mas como parte do processo educacional mais amplo, ainda que possua suas especificidades.

Nessa mesma direção, Ferreira (1999) também acredita que o discurso ambiental não representa somente o discurso voltado ao ambiente, abarcando também o processo social, por meio do qual ele é construído e transmitido.

É exatamente nesse processo de construção coletiva com diferentes esferas humanas, campos de atuação e áreas do saber que podemos dialogar com Sorrentino (2002a) a respeito do papel que cada um de nós pode e deve ter.

Nesse processo coletivo, o compromisso individual é essencial e insubstituível para as mudanças bruscas que a atualidade requer. Todos, mulheres, negros, idosos, crianças, homossexuais, o interior, a periferia, etc., no contexto de suas particularidades, devem ser ouvidos e potencializados a expressar suas necessidades e vontades. Contudo, como alerta Sorrentino (2002a), para que isso ocorra, todos devem perceber que vale à pena falar. É preciso explicitar como se concretiza o compromisso com a viabilidade dessa participação.

Se o objetivo é que todos decidam sobre os mais diversos problemas acerca das questões socioambientais, é preciso fornecer-lhes informações; criar ou apontar os espaços de locução e troca efetiva e afetiva de olhares e saberes; definir mecanismos claros de tomada de decisão e possibilitar-lhes condições objetivas na participação (SORRENTINO, 2002a).

Além dessas necessidades, Sorrentino também alerta a urgência de trabalharmos o nosso interior, propiciando aos sujeitos envolvidos a realização desse exercício de uma nova sensibilidade (tal como: ouvir nossa intuição, nosso corpo, o outro, os elementos naturais, pensar e ser simples na complexidade e críticos e questionadores diante do óbvio), possibilitando uma participação que supere a presença física, capaz de se manifestar em atitudes e comportamentos cotidianos de “compromisso com a vida”.

Como mostra Sorrentino, na tentativa de promoção da cidadania planetária que tenha como meta decodificar e enfrentar os fatores que ameaçam nossa existência na terra, além do incentivo e apoio a ações locais, inovadoras e criativas que visem a superar a miséria, a pobreza, o desemprego, o niilismo e uso de drogas, entre tantos outros aspectos referentes à luta cotidiana pela sobrevivência e melhor qualidade de vida, é preciso despertar, em todos e em cada um, o sentido de “pertencimento”, participação e responsabilidade na busca de respostas locais e globais.

Todas essas questões perpassam, segundo Sorrentino (2002a, p.21), pelo compromisso das políticas públicas com a inclusão da diversidade e com o questionamento dos valores da sociedade de consumo; pela estimulação dos grupos e sujeitos ao debate, diante da busca pela qualidade de vida e “felicidade material, física e espiritual”.

Afinal de contas, como ressalta Layargues (2002), a educação ambiental não é neutra, mas ideológica. Ela representa um ato político que tem por base valores visando à transformação social.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE LAZER, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AMOR

Compartilho com Touraine (1989) que não devemos, em hipótese alguma, adaptarmo-nos passivamente a uma sociedade e a uma cultura de massa que escondem forças dominadoras, as quais, na verdade, devem ser banalizadas e combatidas. O que está em jogo não é a defesa da ordem passada nem a aceitação da desordem presente; mas a concepção e a construção de novas formas, coletivas e individuais, de vida.

Partindo dessas idéias, acredito que lazer e educação ambiental trazem, em sua práxis, potentes possibilidades de saída.

Refiro-me à necessidade de recuperar o lazer como “licere”, lícito, poder ter direito.

O lazer, entendido como espaço privilegiado para manifestação e produção culturais vai além da mera transmissão de informações referentes aos conteúdos culturais. Não se trata, como já apontou Marcellino (2002), da consideração de um instrumento leve e eficaz, facilitador do processo de ensino-aprendizagem, para a adequação conformista de sujeitos a uma inquestionável sociedade estabelecida. É, na verdade, uma questão de participação cultural efetiva - usufruir e criar cultura - uma das bases do exercício da cidadania, visando à autonomia dos sujeitos.

Por sua vez, a educação ambiental traz, em sua raiz, importantes princípios que nos conduzem ao mesmo caminho, como foi possível salientar anteriormente, por meio das idéias de Sorrentino (2002a, 2002, 1997).

Dentre os desafios na realização da educação ambiental, relativos à sensibilização e à mobilização do grupo para enfrentar e solucionar problemas; estão aqueles referentes à construção de situações/jogos/simulações que permita o exercício da capacidade de trabalho interdisciplinar e intersaberes, com o objetivo de construir conhecimentos e procedimentos capazes de preparar os sujeitos para tomadas de decisão sobre grandes impasses com os quais nos deparamos, a cada momento (SORRENTINO, 2002).

Assim como a educação ambiental, a educação para o lazer ⁶ exige tomada de consciência referente às contradições de nossa contemporaneidade e à humanização das relações fundadas na ética, mantendo interfaces extremamente preciosas com a educação para a cidadania.

As emergências são outras: não se pretende mais visualizar uma educação ambiental movida por oficinas repetitivas esvaziadas de conteúdos e desconectas de um processo educacional como um todo; também não se quer mais fugir dos problemas cotidianos, simplesmente divertindo-se ou descansando. O que se almeja é a busca por uma melhor qualidade de vida, em um espaço/tempo em que possamos ser críticos, criativos e sonhadores. Nessa “luta”, todos temos nossas parcelas de direitos e deveres.

Neste sentido, tanto a educação ambiental quanto o lazer se constituem em atos políticos. Por enquanto, como alerta Santos (2000), é, sobretudo, política das empresas, da lógica excludente do capital. Contudo, é possível perceber o atrevimento de grupos e instituições que procuram estimular a produção de lazer (e também de consciência ecológica) mais próximo da sensibilidade popular, da cultura, e não simplesmente só do mercado.

Essas iniciativas podem ser estimuladas e multiplicadas de inúmeras formas, podendo (e devendo) obedecer a um projeto político mais amplo, transgressor, coerente e inovador.

Permanecendo com as idéias de Santos (2000, p.36):

trata-se, no fundo, de uma questão de civilização. O problema não é, apenas, proteger recursos e lugares, mas valorizar a essência do homem. Além de cuidar da biodiversidade, trata-se de salvaguardar e potencializar a sociodiversidade, que acompanha e qualifica a diversidade dos lugares, dos quais constitui, ao mesmo tempo, atributo e riqueza. Trata-se, a partir disso, da construção de um novo mundo, com a busca da plenitude, onde a vida seja vivida como troca e onde o qualitativo seja dominante, permitindo que se instale no planeta o homem integral.

Gostaria de encerrar este artigo refletindo um pouco sobre os valores que deveriam estar embutidos nesses “direitos, deveres e sonhos”. Um deles, imprescindível, em meu entender, é o amor.

Maturana (1998, p.22), ao se remeter às emoções, defende que não há ação humana sem uma emoção que a estabeleça como tal e a torne possível como ato. Nesse sentido, o amor pode ser entendido como a emoção fundadora, sem a qual a convivência se tornaria impossível. Nas palavras do autor: “o amor é a emoção que constitui o domínio de ações em que nossas interações recorrentes com o outro fazem do outro um legítimo outro na convivência”.

As interações recorrentes no amor, como explicita Maturana, tendem a ampliar e estabilizar a convivência; porém, por outro lado, as interações recorrentes na agressão interferem e rompem a possibilidade de conviver. Nessa direção, a linguagem, como domínio de coordenações consensuais de conduta, não pode ter sido originada na agressão, pois esta restringe a convivência.

Infelizmente, pode-se constatar que a palavra amor tem sido bastante alterada; a emoção por ela encerrada perdeu sua vitalidade, provavelmente devido às conotações complexas, especiais e difíceis a ela relacionados.

O amor é constitutivo da vida, mas não é nada especial. O amor é o fundamento do social, mas nem toda convivência é social. O amor é a emoção que constitui o domínio de condutas em que se dá a operacionalidade da aceitação do outro (...) sem a aceitação do outro na convivência não há fenômeno social (MATURANA, 1988, p.23).

Como mostra o autor, ainda somos animais colheitadores, compartilhadores, ainda somos animais que vivemos na coordenação consensual de ações, ainda somos animais cujos machos participam dos cuidados com os bebês, somos animais que vivemos em pequenos grupos, ainda somos animais sensuais que vivem espontaneamente no tocar e acariciar mútuos. Porém, preliminarmente, somos ainda animais dependentes do amor. Este, por sua vez, é a emoção central na história evolutiva humana desde o início; é a condição necessária para o desenvolvimento físico, comportamental, psíquico, social e espiritual das crianças, bem como para a conservação de todas essas esferas na vida adulta.

O amor não pode ser entendido como um fenômeno biológico eventual nem especial; ele deve ser compreendido como um fenômeno biológico cotidiano, básico e diário no humano. Isso pode ser constatado por meio da forma como, freqüentemente, ele é negado culturalmente, criando limites na legitimidade da convivência, em função de outras emoções (MATURANA, 1988).

Conforme Maturana (1988), na medida em que diferentes emoções constituem domínios de ações distintas, haverá diferentes tipos de relações humanas, dependendo da emoção que as sustente e será necessário observar as emoções para distinguir os diferentes tipos de relações humanas, já que estas as definem.

Mesmo que em um outro contexto, Warat (1989) também se aproxima das idéias acima expostas. É preciso resgatar a ética da preservação da existência baseada no amor e na solidariedade. Pensar o amor como dimensões simbólica e emancipatória potencializa a preservação da condição humana pela preservação dos desejos. Warat (1989), sutilmente, lembra que: se sabemos como amar, também sabemos como viver. E, por sua vez, só é criado um espaço de transformação social e de emancipação se, previamente, cria-se um espaço de desejo, de afeto entre as pessoas. Daí a necessidade de um “amor de gigantes”:

Os amores de gigantes constituem, entre os parceiros, espaços de afetividade que se convertem em um depósito dos enigmas da vida. Uma disposição afetiva que permite a percepção de que, sem a plenitude dos sentimentos, não existem forças suficientes para a transformação da vida. É impossível pretender uma troca nos sistemas de valores e necessidades sociais sem construir espaços de ternura entre as pessoas (WARAT, 1989, p.22).

Contribuindo para a discussão, também são bem-vindas as idéias sobre o “saber da experiência”, apresentadas por Bondía (2002), ao se referir à necessidade de as reflexões sobre educação estarem, diretamente, ligadas ao par “experiência/sentido”, uma vez que a verdadeira experiência está cada vez mais rara por excesso de informações e de trabalho e por falta de tempo.

Por sua vez, mencionar e almejar trabalhos educativos qualitativos e complementares, transmissores de experiência, clama pelo conceito amor, muito pouco lembrado, nessas ocasiões.

Cabe mencionar, então, que, para Bondía (2002, p.20-28), a experiência representa:

um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova (...). O sujeito da experiência tem algo desse ser fascinante (o pirata) que se expõe atravessando um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova e buscando nele sua oportunidade, sua ocasião (...). A experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente “ex-iste” de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente (...). A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Portanto, a educação que se sonha, seja ela para o lazer ou para o ambiente, formal ou informal, precisa valorizar mais a lentidão, precisa rever sua ética, suas práticas/experiências e seus valores.

O empenho pela ética, pelo respeito às diferentes formas de vida, o incentivo pela autonomia, pela solidariedade e pela democracia são algumas das metas cultivadas e almejadas tanto pelo lazer quanto pela educação ambiental. Infelizmente, a educação formal deixa suas funções a desejar uma vez que parece se ater apenas a um ensino teórico massivo ou a práticas esvaziadas de conteúdos e, nesse processo, com o sentido de superação, a educação para o lazer e a educação ambiental têm ambas como finalidade a formação de sujeitos conscientes, sensíveis e críticos no que se refere ao tempo livre e à natureza.

Deixo, portanto, um último “recado”: trabalhar com as atividades na natureza exige de nós mais que familiaridade com questões socioambientais e com conceitos sobre lazer; exige um envolvimento dinâmico, intenso, inovador e muito responsável. Somente assim, as atividades na natureza se consumarão como oportunidades não apenas para se tomar decisões (momentâneas) sobre determinada prática, mas, principalmente, para o desenvolvimento de uma sensibilidade mais profunda. Ou seja, as experiências na natureza podem, efetivamente, contribuir para o despertar de uma sensibilidade e de uma responsabilidade ambiental coletiva, contribuindo, até mesmo, para impulsionar o estabelecimento de políticas em níveis local e global.

REFERÊNCIAS

- BETRÁN, Javier O. Las actividades físicas de aventura en la naturaleza: análisis sociocultural. **Apuntes: Educación Física y Deportes**. Barcelona, nº41, p.5-8, 1995.
- BONDIA, Jorge L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, jan./abr., nº. 19, p. 20-28, 2002.
- BRUHNS, Heloisa T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa T. (orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- CAMARGO, Luiz Octávio L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.
- DE GRAZIA, Sebastian. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid: Editorial Tecnos, 1969.
- DIAS, Viviane K.; SCHWARTZ, Gisele M. Inclusão de idosos em atividades de aventura. In: ENAREL, 16, 2004 Salvador. **Anais...** Salvador, 2004.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto: 1997.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- FEATHERSTONE, Mike. A globalização da mobilidade: experiência, sociabilidade e velocidade nas culturas tecnológicas. In: GARCIA, Erivelto B.; LOBO Francis (eds.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, p.47-111.
- FEIXA, Carlos. La aventura imaginaria. Una visión antropológica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. **Apuntes: Educación Física y Deportes**. Barcelona, nº.41, p.36-43, 1995.
- FERREIRA, Lúcia C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas: FAPESP: NEPAM: UNICAMP. Ano II, nº 5, 2º sem., p. 35-54, 1999.
- FERREIRA, Luiz F. S. **Corridas de aventura: construindo novos significados sobre corporeidade, esportes e natureza**. 2003. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas (SP).
- GIMENO, José M. R.; FRA, Elena P.; MONTESINOS, José L. G.; MILLÁN, Ismael G. La prevención de drogodependencias mediante actividades cooperativas de riesgo y aventura. **Apuntes: Educación Física y Deportes**. Barcelona, nº.59, p.46-54, 2000.
- LAYRARGUES, Philippe P. Educação no processo da gestão ambiental: criando vontades políticas, promovendo a mudança. **Anais...** I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XIV Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente, Erechim, 2002, p. 127-1444.
- MACHADO, Fernanda, H.; SCHWARTZ, Gisele M. A inclusão em atividades no âmbito do lazer e a emoção: uma relação de significados. In: ENAREL, 16, 2004. Salvador. **Anais...** Salvador, 2004.
- MARCELLINO, Nelson. C. **Estudos do lazer** - uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1997.
- MARCELLINO, Nelson. C. **Lazer e educação**. 9ª. ed. Campinas: Papyrus, 2002.
- MARINHO, Alcyane. Da aceleração ao pânico de não fazer nada: corpos aventureiros como possibilidades de resistência. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa T. (orgs.). **Turismo, Lazer e Natureza**. São Paulo: Editora Manole, 2003, p. 1-28.
- MARINHO, Alcyane. Lazer, natureza e aventura: compartilhando emoções e compromissos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas (SP): Autores Associados, v. 22, nº. 2, jan., p.143-153, 2001.
- MARINHO, Alcyane. Do bambi ao rambo ou vice-versa? As relações humanas com a (e na) natureza. **Conexões: Educação, esporte e lazer**. Campinas: Faculdade de Educação Física da Unicamp, nº3, dez., p.33-41, 1999.
- MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa T. (orgs.). **Turismo, Lazer e Natureza II**. São Paulo: Editora Manole, no prelo.
- MATURANA, Humberto. **Emoções e educação na linguagem e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

- MUNSTER, Mey A. Corpo e natureza: trilhando sensações, percepções e movimentos. In: VERARDI, Paulo H.; PEDRINELLI, Verena J. (orgs). **Desafiando as diferenças**. 2.ed. São Paulo: SESC, 2004.
- POCIELLO, Christian. Os desafios da leveza - as práticas corporais em mutação.. In: SANT'ANNA, Denise B. (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SANTOS, Milton. Lazer popular e geração de empregos. In: GARCIA, Erivelto B.; LOBO Francis (eds.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, p.31-37.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**, 6ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SORRENTINO, Marcos. Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta. In: LOUREIRO, Frederico B; LAYARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo S. (orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002a.
- SORRENTINO, Marcos. Portas, chaves e restaurantes. **Anais...** I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XIV Semana Alto Uruguaí do Meio Ambiente, Erechim, 2002, p. 91-99.
- SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental e universidade: um estudo de caso. In: PÁDUA, Suzana M; TABANEZ, Marlene F. (orgs.). **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPÊ, 1997, p.43-54.
- TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue**. Política e sociedade na América Latina. São Paulo/Campinas: Trajetória Cultural/ Editora da Unicamp, 1989.
- VIRILIO, Paul. Os motores da história. In: ARAÚJO, Hermetes Reis (org.). **Tecnociência e cultura - ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p.127-146.
- WARAT, Luis A. O amor de gigantes. **Humanidades**. São Paulo, ano VI, nº. 20, p. 21-26, 1989.
- WERNECK, Christianne L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: UFMG: CELAR/DEF, 2000.

Contato:

Avenida 8, 1837 apto: 74 - Edifício Jardim Claret
 Bairro Jardim Claret - CEP: 13503-210 - Rio Claro (SP)
 Tel/Fax: (19) 35234372 - E-mail: alcyaneguilherme@vivax.com.br

Recebido: dezembro/2004
 Aprovado: fevereiro/2005

NOTAS

¹ Meio ambiente está sendo, neste texto, entendido como “um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade” (REIGOTA, 1998, p.21). Por sua vez, a palavra natureza está sendo tratada como um conceito que, de acordo com Carvalho (1994, p.26), “exprime uma totalidade, em princípio abstrata, que os homens concretizam na medida em que a preenchem com suas visões de mundo”.

² Tive a oportunidade de explorar melhor estas idéias no capítulo “Da aceleração ao pânico de não fazer nada: corpos aventureiros como possibilidades de resistência” (MARINHO, 2003).

³ Aproveito, este momento, para compartilhar que minha pesquisa de doutorado visa, entre outras questões, a investigar a idéia de “aventura” existente nas atividades na natureza. Futuramente, será um grande prazer poder dividir dados e informações sobre minha pesquisa, a qual está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, no Departamento de Estudos do Lazer.

⁴ Desenvolvi este assunto nos artigos: “Do Bambi ao Rambo ou vice-versa? As relações humanas com a (e na) natureza” (MARINHO, 1999) e “Lazer, natureza e aventura: compartilhando emoções e compromissos” (MARINHO, 2001). Aos interessados por uma discussão mais profunda sobre as corridas de aventura, a sugestão de leitura da dissertação de mestrado de Ferreira (2003) é muito pertinente.

⁵ “Férias vivas” é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo promover a segurança em atividades de turismo e lazer no Brasil. Tal entidade ilustra o interesse e a preocupação com práticas na natureza mais conscientes. Como parte de seus projetos, a entidade elaborou um guia contendo diversas explicações sobre algumas atividades na natureza, dentre várias outras dicas. Informações interessantes podem ser obtidas no *site*: www.feriasvivas.org.br

⁶ “Educação para o lazer” é uma expressão que tem sido utilizada por diversos estudiosos no sentido de refletir e questionar o lazer não apenas como veículo de transmissão de educação (“educação pelo lazer”), comumente utilizado em escolas e outras instituições. “Educar para o lazer” significa possibilitar que as pessoas se tornem capazes de desfrutar qualitativamente de seus momentos de “tempo livre”, podendo conhecer as diversas possibilidades para poder optar. Como nos lembra Camargo (1998), sempre fomos educados para o trabalho - sendo este, até então, o valor mais importante da vida humana - fazendo-se necessário, contudo, que também sejamos educados para o lazer com o mesmo afinco, pois somos exigidos por inúmeras características da vida contemporânea (como discutido ao longo deste artigo).